}1.5.

O trabalho é mão de obra quantificável?*

Marisa Tavares**

1. Introdução

A importância que o trabalho tem na construção e afirmação da identidade da pessoa e dos laços sociais confere grande centralidade à sua análise. O nosso objetivo é refletir sobre o papel que a ciência económica tem atribuído ao trabalhador, ao trabalho e à sua remuneração. Como refere o Papa João Paulo II, o trabalho não pode ser dissociado da pessoa que o realiza e da comunidade onde esta se insere, pois:

> "o trabalho comporta em si uma marca particular do homem e da humanidade, *a marca de uma pessoa que opera numa comunidade de pessoas*; e uma tal marca determina a qualificação interior do mesmo trabalho e, em certo sentido, constitui a sua própria natureza."[1]

* Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa.

** Texto preparado para as Jornadas de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, no Porto. A autora agradece os comentários à apresentação oral nas Jornadas de Teologia a todos os seus participantes, em especial ao Professor Marciano Vidal.

[1] João Paulo II, Papa (1981), Carta Encíclica *Laborem Exercens.*

Esta natureza única do trabalho implica que discutir e analisar o "mercado de trabalho" não se trata apenas de abordar mais um mercado entre mil outros mercados, mas sim analisar o lugar reservado ao homem na teoria económica[2].

2. Da escola clássica à escola neoclássica

A forma como o trabalhador e o trabalho são analisados na teoria económica mudou ao longo do tempo e esta mudança ocorre em simultâneo com a mudança da conceção da Economia enquanto ciência. Tal como refere Martins (2013)[3], para a escola clássica, a Economia é a ciência que estuda o *excedente,* centrando-se na análise da produção e distribuição de um excedente *produzido pelo trabalho*, sendo através da reprodução e distribuição deste excedente que se dá o processo de crescimento económico. Mais tarde e ainda hoje, a escola neoclássica trará uma nova conceção da Economia, oposta à anterior, em que esta é vista como a ciência da *escassez*, ou seja, a ciência que estuda a afetação de recursos escassos a necessidades que são ilimitadas. Percebermos esta mudança na conceção da ciência económica e o que ela implica é essencial para percebermos a evolução da análise do trabalhador e do trabalho na Economia. A progressiva mercantilização do trabalho relaciona-se com uma conceção de ciência em que o trabalho enquanto relação subjetiva perde espaço face ao conceito de trabalho enquanto mercadoria com um preço de equilíbrio.

2.1 A escola clássica

Para os economistas clássicos, devemos distinguir o *preço corrente* do trabalho e o seu *preço natural*.

O *preço corrente* do trabalho resulta do encontro entre a *oferta de trabalho*, que depende do volume de população a trabalhar, e a *procura de trabalho*, que depende do crescimento do excedente económico. Adam Smith reconhece que este preço resulta de uma oposição de interesses e de expectativas que se confrontam, ao referir que: "Os operários ambicionam obter tanto quanto possível, os patrões dar tão pouco quanto possível"[4].

[2] Maréchal, Jean-Paul (2000), *Humanizar a Economia*. Tradução de Vasco Farinha, Lisboa: Instituto Piaget.

[3] Martins, N. O. (2013), *The Cambridge Revival of Political Economy*, London and New York: Routledge.

[4] Smith, Adam (1776), *Riqueza das Nações*.

Adam Smith constata, desta forma, que o preço corrente do trabalho resulta duma negociação entre operários e patrões, sendo esta negociação, frequentemente, desfavorável ao trabalhador pelas diferenças no poder negocial mas também pela maior acumulação de rendimentos previamente adquiridos que permite aos patrões viver mais tempo sem trabalhar enquanto os operários não têm condições para o fazer.

Já o *preço natural* é a taxa abaixo da qual não é possível o salário fixar-se durante muito tempo por tornar impossível a subsistência do trabalhador e da sua família. Concluímos que os economistas clássicos, embora conscientes da oposição entre patrões e operários que atravessa o tecido social, *também têm consciência das necessidades essenciais do ser humano e que o salário deve ser, pelo menos, suficiente para o seu sustento.*

Quando a procura de trabalho cresce, o salário corrente irá também aumentar, o que incitará ao crescimento demográfico e remeterá novamente o salário para o seu nível natural. Para os clássicos, também as características dos trabalhos influenciam as desigualdades no rendimento: a sua penosidade, a formação necessária para o desempenhar, o grau de precaridade, o nível de responsabilidade e a probabilidade de sucesso são fatores que determinam o preço dum trabalho.

Devemos ainda notar que, para os clássicos, o *salário natural* deve ser entendido duma forma *sociológica* e *não biológica,* ou seja, este salário não deve garantir apenas a subsistência biológica do trabalhador. Assim sendo, esta taxa natural depende do contexto social, que muda ao longo do tempo e de *país para país*, em função dos usos, dos costumes ou das instituições sociais.

Concluímos, então, que para a escola clássica as *condições de reprodução a longo prazo do trabalhador e da sua família* são relevantes e incorporadas na análise. A assunção da existência dum salário natural implica que as necessidades do trabalhador são relevantes, na linha do que afirma o Papa João Paulo II ao referir-se aos direitos do trabalhador: "especialmente o direito ao *justo salário*, à segurança da pessoa do trabalhador e da sua família"[5].

2.2 A escola neoclássica: do trabalho como relação ao trabalho como mercadoria

No século XX, para a escola neoclássica o conceito de preço natural do trabalho desaparece. Nesta abordagem, emerge e domina o conceito de preço de equilíbrio, cuja determinação está *totalmente desligada da avaliação*

[5] João Paulo II, Papa (1981), Carta Encíclica *Laborem Exercens.*

das necessidades dos trabalhadores, desvalorizando-se o papel da história e das instituições sociais.

A metodologia da ciência económica torna-se marcadamente dedutiva, partindo-se de pressupostos sobre o comportamento dos agentes económicos dos quais se derivam conclusões. Nesta abordagem, o enfoque centra-se na procura de *padrões e tendências gerais de comportamento que decorrem de supostas "leis" de funcionamento dos mercado* e não na análise de condutas particulares ou específicas a determinadas instituições. As componentes não explicadas ou os desvios de comportamento, por muito significativos que sejam, são, frequentemente, negligenciados e atribuídos à existência dum erro aleatório. Na análise do trabalhador e do trabalho, a Economia e a sociedade parecem desvalorizar as componentes relacionais. Como refere, novamente, o Papa João Paulo II, todas as dimensões mais subjetivas são desvalorizadas numa:

> "civilização unilateralmente materialista, na qual se dá importância primeiro que tudo *à dimensão objectiva do trabalho*, enquanto a *dimensão subjectiva* – tudo aquilo que está em relação indirecta ou directa com o próprio sujeito do trabalho – fica num plano secundário."[6]

Conforme referido, a escola neoclássica centra-se no conceito de equilíbrio, e o salário de equilíbrio resulta do livre jogo entre a oferta e a procura numa análise do "mercado de trabalho" que, com as devidas adaptações, se assemelha à análise de qualquer outro mercado. Esta mercantilização do trabalhador e do trabalho leva-nos a refletir sobre a afirmação do Papa Francisco que refere que: "O ser humano é considerado, em si mesmo, *como um bem de consumo* que se pode usar e depois lançar fora"[7].

A forma como a escola neoclássica analisa a oferta de trabalho e a procura de trabalho é também diferente da da escola clássica.

A *oferta de trabalho* deriva do comportamento do trabalhador, assumindo que este é um *agente económico racional* que *maximiza a sua função de utilidade*. A utilidade, que o indivíduo procura maximizar, aumenta (até ao infinito) à medida que o consumo de bens aumenta. É esta noção de necessidades infinitas num mundo de recursos materiais finitos que transforma a Economia na ciência do escasso. O que faz da Economia a ciência da escassez é a assunção, como pressuposto, de que o agente económico deseja ter sempre mais ou, nas palavras do Papa Francisco, "a *ambição* do poder e *do ter* não conhece limites"[8].

[6] João Paulo II, Papa (1981), Carta Encíclica *Laborem Exercens.*

[7] Santo Padre Francisco (2013), Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium.*

[8] *Ibidem.*

Na análise da decisão do trabalhador, a utilidade depende do *consumo de bens e serviços que se podem adquirir* com os rendimentos do trabalho e do consumo de um outro bem, o *tempo de lazer*. O trabalho é encarado como um sofrimento indispensável à obtenção do rendimento necessário para adquirir os bens e serviços que se desejam consumir. Como muito bem observa o Papa Francisco, a ciência económica neoclássica é dominada por uma conceção utilitarista dos agentes económicos que "reduz o ser humano *apenas a uma das suas necessidades: o consumo*"[9].

No mercado de trabalho, o salário/hora é o *custo de oportunidade do lazer,* ou seja, *o valor monetário de que o trabalhador aceita abdicar para poder usufruir de uma hora de lazer.* O trabalhador aceitará trabalhar mais uma hora enquanto o salário que recebe por essa hora de trabalho "compensar" a hora de lazer de que se abdica. Em síntese, *a decisão relativamente à oferta de trabalho* reside em determinar o momento em que o rendimento obtido numa hora de trabalho suplementar já não compensa o valor do lazer sacrificado, dadas as preferências do trabalhador.

Se o *salário/hora aumentar,* o custo de oportunidade do lazer aumenta, ou seja, uma hora de lazer está, agora, "mais cara", pois, dado o aumento salarial, por cada hora adicional de lazer o trabalhador terá de abdicar de um valor de consumo mais elevado, levando a que, *em tendência*, no curto prazo *o número de horas trabalhadas aumente*[10]. Conclui-se, assim, que no curto prazo a *oferta de trabalho tende a ser uma função crescente do salário.*

A *procura de trabalho* resulta das decisões da empresa no sentido de maximizar o lucro. Neste contexto, o trabalho, à semelhança de qualquer outro *fator de produção*, é remunerado em função da sua contribuição para o processo produtivo, ou seja, em função da sua produtividade. A empresa contrata um trabalhador desde que o benefício obtido com a contratação desse trabalhador adicional seja superior ao custo de contratar esse trabalhador, ou seja, em linguagem económica, desde que a produtividade marginal do trabalho seja superior ao salário real pago. Como se assume que a produtividade marginal é decrescente[11], *a procura de trabalho é uma função decrescente do salário*: quanto mais alto o salário, menor a utilização deste fator de produção concluindo-se que o salário pode ser visto como inimigo do emprego.

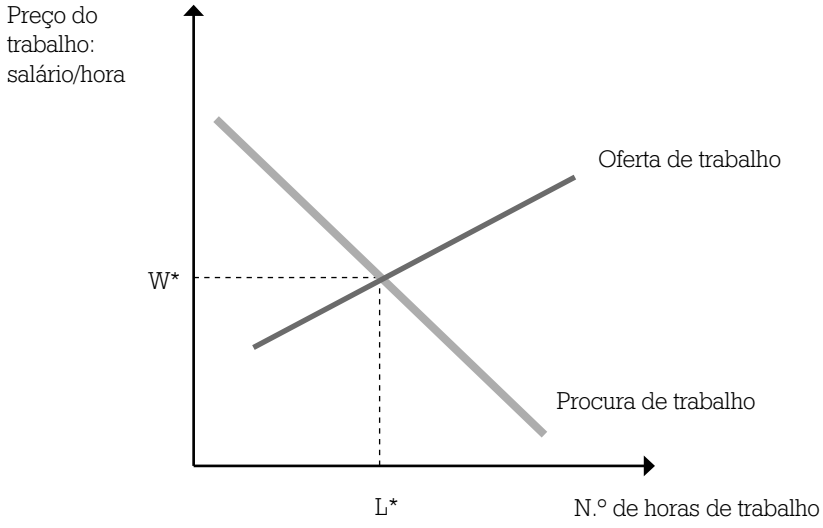
O *salário de equilíbrio* resulta do encontro entre a oferta de trabalho e a procura de trabalho (ver figura na página seguinte).

[9] *Ibidem.*

[10] Em linguagem económica, diz-se que domina o *efeito substituição*.

[11] A *"lei" da produtividade marginal decrescente* implica que o aumento de produção obtido com a contratação de um trabalhador adicional, mantendo os outros fatores de produção constantes, é decrescente.

O "mercado" de trabalho



No contexto desta análise, o trabalho ou, se preferirmos, o trabalhador, já que estes são indissociáveis, é analisado apenas como mais um fator de produção entre vários outros, fator de produção cujo valor é determinado pela sua produtividade. Como refere o Papa João Paulo II:

> "Em todos os casos deste género, em todas as situações sociais deste tipo, gera-se uma confusão, ou até mesmo uma inversão, daquela ordem estabelecida desde o princípio pelas palavras do Livro do Génesis: *o homem passa então a ser tratado como instrumento de produção*; enquanto ele – ele só por si, independentemente do trabalho que realiza – deveria ser tratado como seu sujeito eficiente, como seu verdadeiro artífice e criador."[12]

O *salário de equilíbrio* assegura o pleno emprego dos recursos e a não existência de desemprego, mas *nada garante que este valor permita assegurar a subsistência do trabalhador e da sua família*, pois esta restrição não é tida em consideração pela teoria económica que o alicerça. Para a teoria neoclássica, a distribuição do rendimento pelos fatores de produção deixa de

[12] João Paulo II, Papa (1981), Carta Encíclica *Laborem Exercens.*

ter fundamentos institucionais ou históricos e passa a ser uma questão técnica, determinada matematicamente, em função da produtividade de cada fator. Esta teoria pretende, desta forma, apresentar-se como politicamente neutra (logo, mais "científica"), pois o salário é determinado por "leis" que governam a economia.

Mas estas "leis" do mercado e o equilíbrio do modelo não implicam, necessariamente, a sobrevivência de todos os agentes económicos envolvidos. A subsistência dos trabalhadores e da sua família não é incorporada nos pressupostos da teoria. Mais ainda, este equilíbrio que pode supor o desaparecimento de um certo número de pessoas pode ser um *ótimo de Pareto*. Este conceito é utilizado pela ciência económica como medida de eficiência. Atinge-se uma situação ótima no sentido de Pareto quando, dados os recursos disponíveis, não é possível melhorar a situação de um indivíduo sem tornar pior a situação de outro indivíduo. Ora, no caso em que o salário de equilíbrio não assegura a subsistência de alguns trabalhadores, para que um maior número de pessoas sobrevivesse, isso implicaria exigir "sacrifícios" aos mais afortunados que veriam a sua utilidade diminuir, levando a que esta alteração não melhorasse a eficiência (no sentido de Pareto). No limite, podemos afirmar que o desaparecimento pela fome pode ser visto como um mecanismo automático de reequilíbrio do mercado[13] em que, tal como refere Joan Robinson, "A *mão invisível* (do mercado) fará sempre o seu trabalho, mas poderá fazê-lo por *estrangulamento*"[14].

Esta teoria económica parece confrontar-nos com uma escolha entre conservar a "perfeição" de um mercado[15], onde apenas os sobreviventes beneficiam da otimalidade paretiana, ou implementar um salário mínimo, que supõe a existência dum Estado cuja intervenção gera distorções ao mercado e é causador de desemprego.

A desvalorização das considerações éticas e a não discussão aprofundada destes dilemas no seio da própria teoria económica neoclássica parecem demonstrar desinteresse ou desapego pelo futuro destes *excluídos* que são criados pelo próprio funcionamento da economia de mercado. O esquecimento dos excluídos e o que isso significa são lembrados pelo Papa Francisco:

> "Já não se trata simplesmente do fenómeno de exploração e opressão, mas duma realidade nova: com a exclusão, fere-se, na própria raiz, a pertença

[13] A dita *mão invisível* do mercado.

[14] Robinson, Joan (1946), "The pure theory of international trade", *Review of Economic Studies*, Vol. 14, No. 2, pp. 98-112.

[15] Repare-se que a situação eficiente é designada *perfeita* pela teoria económica de concorrência.

> à sociedade onde se vive, pois quem vive nas favelas, na periferia ou sem poder já não está nela, mas fora. *Os excluídos não são 'explorados', mas resíduos, 'sobras'."*[16]

3. Outras abordagens e desafios

Um pouco à margem da escola neoclássica e do *mainstream* da ciência económica, coexistem outras análises do mercado de trabalho, como a escola institucional, que, afastada da teoria económica, se deslocou para o campo das relações industriais. A análise de Doeringer e Piore (1971)[17] sobre os mercados internos de trabalho enquadra-se na escola neoinstitucional, que pretende recuperar as preocupações da escola institucional e reintroduzir na discussão central da teoria económica a importância das instituições ao reconhecer que o indivíduo *não pode ser a única unidade de análise*. Para estes autores, a análise dos mercados de trabalho implica, necessariamente, incluir considerações de interdependência social e de contexto. Na análise dos mercados internos, reconhece-se que cada empresa é um "mercado" distinto, onde os salários e a alocação de recursos são ditados por *fatores institucionais*, por *regras formais e informais* e por *procedimentos administrativos* e *não apenas por variáveis económicas*. Tentando reconhecer novamente o carácter relacional do trabalho, os autores concluem que o preço do trabalho definido ao nível da empresa também tem por base determinantes institucionais e não apenas económicas.

A teoria neoclássica, pressionada por outras abordagens ao sistema económico, sentindo necessidade de dar resposta às críticas aos seus próprios fundamentos e questionada pela (des)adequação entre a teoria e a realidade, viu-se obrigada a refletir sobre as suas próprias limitações. Neste processo, a teoria neoclássica vai procurando integrar conceitos até então relegados para segundo plano ou considerados marginais. Podemos referir, a título de exemplo, a forma como a existência de um *salário justo,* referido pelo Papa João Paulo II, na Carta Encíclica *Laborem Exercens,* tem vindo a ser incorporada pela análise neoclássica. Akerlof e Yellen (1990)[18] desenvolvem a hipótese do salário-esforço justo, concluindo que os trabalhadores irão reduzir o nível de esforço que dedicam à sua atividade se receberem um salário inferior ao

[16] Santo Padre Francisco (2013), Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium.*

[17] Piore, Michael J. & Peter Doeringer (1971), *Internal Labor Markets and Manpower Adjustment*, New York:: D.C. Heath and Company.

[18] Akerlof & Yellen (1990), "The fair wage-effort hypothesis and unemployment", *Quarterly Journal of Economics*, 105 (2).

que consideram justo. Na mesma linha, o Nobel da Economia Robert Solow[19] faz considerações sobre a justiça do trabalho e sua remuneração e sobre as ligações entre a inserção no "mercado de trabalho" e o estatuto social do trabalhador.

Um outro ramo da economia do trabalho, a *Personal Economics*, muito dinamizado por Edward Lazear, procura aplicar a teoria económica a temas pertinentes que, até então, pertenciam à esfera de análise da gestão de recursos humanos (como o recrutamento, a formação, a motivação ou o trabalho em equipa).

Estes são alguns exemplos que nos permitem constatar que a teoria neoclássica tem procurado tratar algumas temáticas que lhe eram alheias. Contudo, embora a teoria neoclássica se tenha sentido forçada a *refletir sobre as suas limitações procurando incorporar estas "novas" questões,* tem vindo a fazê-lo enquadrando estes temas, não no âmbito duma verdadeira reflexão sobre os seus pressupostos e alicerces, mas como restrições adicionais ao pressuposto analítico original de *maximização da utilidade ou do lucro.*

4. Conclusão

A teoria neoclássica tem-se esquivado não só a questionar os seus próprios fundamentos mas também a *pôr em causa a* sua metodologia, mantendo a matematização dos comportamentos e a procura de "leis" para os comportamentos económicos como seu pilar fundamental. A propósito do recurso (excessivo, inadequado ou inapropriado) do uso da matemática na Economia, podemos citar Coase e, ainda mais recentemente, Piketty: "Na minha juventude, dizia-se que o que era muito tolo para ser dito poderia ser cantado. Na economia moderna, pode ser expresso em forma matemática"[20].

> "Digamo-lo sem mais rodeios: a disciplina económica ainda não abriu mão da sua paixão infantil pelas matemáticas e pelas especulações puramente teóricas (...) em detrimento da pesquisa histórica e da aproximação às restantes ciências sociais. Muito frequentemente, os economistas estão antes de mais preocupados com pequenos problemas matemáticos (...) que

[19] Solow, R. (1990), *The Labor Market as a Social Institution*, Oxford: Blackwell.

[20] Ronald Coase (1988), *The Firm, the Market and the Law*, Chicago London: The University of Chicago Press, p.185.

> possam dar ares de cientificidade, e *evitem ter de responder às perguntas muito mais complicadas que o mundo em que vivem lhes apresenta*."[21]

Acreditamos que os desafios atualmente colocados à Economia obrigam a uma reflexão mais profunda sobre os seus fundamentos e metodologias. Nesta reflexão sobre a ciência económica, a análise do "mercado de trabalho" adquire uma importância essencial, dada a indissociabilidade entre o trabalho e o trabalhador. Não é nosso propósito identificar o destino onde essa reflexão nos pode levar. Muitos caminhos estão em aberto e muitos outros podem ainda ser abertos neste *âmbito*. O nosso objetivo é salientar que existe um eco essencial que não pode ser ignorado ou esquecido nesta reflexão e que passa por uma *reassunção da centralidade do ser humano enquanto centro e fim e não enquanto instrumento e meio dessa mesma ciência económica:* "com efeito, *o homem é o protagonista, o centro e o fim de toda a vida económico-social*"[22].

> "A crise financeira que atravessamos faz-nos esquecer que, na sua origem, há uma crise antropológica profunda: *a negação da primazia do ser humano."*[23]

[21] Piketty, T. (2014), *O Capital no Século XXI*, Lisboa: Temas e Debates.

[22] Concílio Ecuménico Vaticano II (1965), Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et spes.*

[23] Santo Padre Francisco (2013), Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium.*